

## Diante da crise sanitária, resposta autônoma do proletariado internacional.

Ao longo de sua história, a espécie humana sofreu numerosas epidemias devastadoras, por exemplo, as doenças epidêmicas do neolítico, a peste de Atenas, a epidemia de varíola no Império Romano e no Egito, a peste negra na Idade Média, a gripe espanhola, o tifo na revolução russa... Se as comunidades primitivas passaram por doenças contagiosas, o contágio permaneceu limitado por causa do isolamento relativo das comunidades. No entanto, desde o neolítico a domesticação dos animais modificou suas relações com a espécie humana. O crescimento da produtividade da agricultura permitiu a criação de cidades, enquanto as diferenciações sociais se exacerbaram e se formaram classes sociais com interesses antagônicos. O aparecimento das epidemias está então relacionado com as sociedades de classes; os interesses imediatos das classes dominantes tornaram-se o motor da produção. Elas agem sem se preocupar com as consequências indiretas e futuras de suas ações sobre a natureza. A epidemia atual não é, portanto, um fenômeno específico do modo de produção capitalista, embora ele amplifique dramaticamente suas consequências pelo conjunto do planeta.

Esta epidemia revela, aos olhos de todos, a incúria e a incompetência das burguesias nacionais para dominar a situação. No lugar de uma coordenação global, impõem-se a concorrência, as pressões, as mentiras que são feitas pelos Estados burgueses e a impotência total dos organismos internacionais, supostamente representantes do “interesse comum e a solidariedades das nações” (OMS, ONU...). Na maioria dos países, o proletariado testemunhou a incapacidade da burguesia de dirigir o sistema de saúde e assumir racionalmente a proteção das populações, apesar dos imensos progressos da medicina nos séculos XX e XXI. Todos os governos, quaisquer que sejam suas orientações ideológicas, procuraram antes de mais nada preservar as relações sociais e políticas que permitissem a produção de um máximo de mais-valia e a submissão do proletariado à ordem burguesa. As medidas de exceção, que foram tomadas em nome da salvaguarda da saúde das populações, preparam também, e em grande escala, medidas duráveis de agravação das condições de existência destas populações em termos de renda, de tempo de trabalho, de desemprego e de regressão das liberdades democráticas, ao mesmo tempo em que desenvolvem novos métodos de dominação do proletariado. A classe dominante está desde já em vias de tomar a dianteira para fazer com que o proletariado pague as despesas desta crise, fazendo tudo para imobilizá-lo na sua reação de classe, apesar de a luta de classes em escala mundial ter se intensificado bem antes do episódio do coronavírus.

Esta epidemia explode quando o modo de produção capitalista estava se aproximando do final de um ciclo – o mais longo ciclo de sua história moderna – e a sociedade burguesa encontrava-se grávida de uma nova crise de superprodução mais ameaçadora do que a última crise de 2008-2009.

Diante dessa perspectiva, as burguesias dos países adiantados valeram-se, bem antes da eclosão da crise sanitária, de todos os recursos da política monetária e orçamentária para tentar impedi-la. A crise epidêmica interveio antes da explosão da crise de superprodução e precipitou prematuramente a desvalorização de uma parte do capital. Uma enorme parte da produção e da circulação de mercadorias foi subitamente interrompida, enquanto o capital fictício teve perdas consideráveis. Resta avaliar em qual medida a crise atual vai desembocar em uma crise de superprodução, que a burguesia procurará revestir com um véu sanitário, ou se as desvalorizações realizadas irão simplesmente adiá-la.

De todo modo, quem pagará a fatura do endividamento sem precedente de todos os Estados apavorados com a ideia do colapso da sociedade burguesa? Principalmente o proletariado, que verá reforçada sua exploração para produzir um máximo de mais-valia, permitir a valorização do capital que está fortemente desvalorizado por essa crise e reembolsar a dívida pública.

Indubitavelmente é nas grandes crises mundiais que sempre se revela o caráter trágico da divisão em classes. O modo de produção capitalista, último modo de produção baseado em classes sociais, revela nestas ocasiões que seu tempo acabou e que sua derrubada pela classe explorada, o proletariado mundial,

é o único objetivo que pode fazer sentido diante das consequências de sua dominação. No entanto, desde sua derrota nos anos 1920 o proletariado desapareceu como classe independente. Se, em seguida, ele pôde emergir no interior de revoluções que não ultrapassaram os limites burgueses, por mais que fossem radicais, ele não conseguiu afirmar-se como classe. Certamente a capacidade política do proletariado depende das circunstâncias, de seu grau de preparação e de sua energia para se organizar de modo independente **em escala internacional**, mas sua capacidade histórica é permanente, pois ela está inscrita no próprio coração da relação social que caracteriza o modo de produção capitalista. Para preservar essa capacidade quando as relações de força lhes são desfavoráveis, é preciso que o proletariado, sob a bandeira da revolução em permanência, encontre um meio de cooperação internacional que lhe permita defender-se da melhor maneira para proteger suas condições de existência, enquanto se prepara para formar um partido político independente e oposto a todos os outros partidos da sociedade burguesa.

Este momento de crise epidemiológica mundial é, portanto, uma circunstância potencialmente favorável para o proletariado mundial, porque lança simultaneamente os proletários de todos os países numa situação social e política comum, que favorece enormemente a convergência internacional de seus interesses comuns. Nesse sentido, pensamos que neste momento as reivindicações que seguem traduzem esses interesses. Pensamos também que essas reivindicações gerais podem ser formuladas de uma maneira mais específica e precisa conforme as realidades políticas e sociais de cada país. Evidentemente, tais reivindicações ainda se inscrevem no quadro do modo de produção capitalista, da democracia social, mas a radicalização das pressões e mobilizações para sua satisfação aplainam os obstáculos para um terreno de ação mais amplo que permitirá ao proletariado entrar em um processo de reapropriação de sua capacidade política autônoma.

## REIVINDICAÇÕES COMUNS

**Defesa do salário, indenização do desemprego, pensões de aposentadoria. Garantia de renda de base aos desempregados e outras populações sem-reservas, regularização dos trabalhadores imigrantes irregulares, redução do tempo de trabalho sem diminuição do salário.**

A luta imediata própria do proletariado é a luta pelo salário, embora ele saiba, como classe revolucionária, que a abolição do trabalho assalariado constitui sua meta final. Mas o salário é apenas o preço da força de trabalho, o qual varia em torno do valor desta em função da oferta e da demanda. O valor desta mercadoria varia igualmente com o tempo de trabalho necessário à sua produção, o qual contém um elemento histórico e moral resultante das lutas implacáveis contra as transgressões incessantes do capital.

Durante as crises de superprodução, enquanto falta demanda para todas as mercadorias, existe uma tendência à baixa do salário, devido ao crescimento da superpopulação relativa e às pressões que são exercidas sobre a força de trabalho ainda em atividade.

Durante esta crise sanitária, que precipitou prematuramente a desvalorização de uma parte do capital, exigir a manutenção do salário, hoje atacada em nome da pandemia em vários setores de muitos países, é forçar o capital a recuar em sua tendência permanente de pagar um salário abaixo do valor da força de trabalho. Esta crise joga milhões de proletários no desemprego parcial ou integral, e precipita no exército de sem-reservas toda uma fração das classes médias mais precarizadas.

Longe da simples reivindicação de “mais justiça social” ou de “melhor redistribuição das riquezas”, clamadas pelos partidos burgueses e pequeno-burgueses da esquerda democrática, a batalha pelos salários, uma vez assumida independentemente das outras classes da sociedade, permite ao proletariado

defender suas condições de existência e preparar-se para uma ação política independente conjuntamente com seus irmãos de classe em escala internacional.

### **Autonomia da gestão das contribuições sociais (salário indireto). Acesso gratuito aos serviços de saúde, gestão dos serviços de saúde pelo proletariado.**

O trabalho assalariado e as classes trabalhadoras é que financiam integralmente os sistemas de seguridade social em diferentes países do mundo, com graus diversos de proteção. A classe capitalista – não apenas suas frações das grandes empresas, mas, mais ainda, os pequenos e médios capitalistas -, protestam regularmente contra o que eles chamam, com seus contadores, de “encargos” e exigem incessantemente que sejam isentos deles, o que constitui uma pressão permanente sobre o salário indireto.

Em muitos países, atualmente os sistemas de seguridade social são geridos conjuntamente por representantes dos capitalistas, dos assalariados e do Estado, numa lógica de compromisso que sempre serve ao capital. Mas, em toda parte, o Estado, solicitado para cobrir os déficits que ele estimulou, sempre tende a intervir cada vez mais nessa gestão, sobretudo quando se trata de reduzir as prestações sociais e, ao mesmo tempo, as contribuições, embora simultaneamente redirecione os fundos existentes da seguridade para outros usos do orçamento do Estado. Esses fenômenos tendem então a mascarar o fato de que as contribuições sociais são parte do salário, unicamente do salário, apresentando-os como se tratassem de taxas cobradas do capital.

Os representantes do proletariado devem, portanto, colocar em primeiro plano a reivindicação de uma gestão autônoma exclusiva das contribuições sociais, para garantir o acesso integral aos serviços sociais essenciais à população proletária e sem-reservas, tais como saúde, água potável, saneamento, segurança alimentar, etc.

### **Medidas de proteção da saúde nos lugares de trabalho e nos transportes públicos.**

Não há dúvida de que o vírus SARS-Cov-2 quando procura um hospedeiro humano não faz distinção entre células de burgueses e células de proletários. Esta é uma das principais razões pelas quais a burguesia se preocupa com as epidemias. Este fato é salientado pelos governos burgueses para convocar a união nacional como se o vírus estivesse acima das classes. No entanto, isso não é assim com a doença que o acompanha.

As classes mobilizadas na luta contra a epidemia (diversas equipes de profissionais da saúde) e as que se dedicam à produção material das mercadorias essenciais para evitar o colapso da sociedade (alimentação, energia, transporte, comunicações,...) ou representar o Estado burguês para aplicar suas leis (especialmente a polícia), encontram-se bem mais expostas do que aquelas que se encontram confinadas. Nessa população superexposta, o proletariado, muito particularmente suas camadas mais desfavorecidas, é nela majoritária e a menos protegida. Porque vivem geralmente em moradias exíguas nas grandes cidades e suas periferias, em bairros mal atendidos e superpovoados, o que favorece a promiscuidade, eles são colocados na linha de frente do uso quotidiano dos transportes públicos lotados na hora de pico.

Quanto às medidas de confinamento tomadas em diferentes países, elas protegem em primeiro lugar as classes mais abastadas, na medida em que suas atividades podem ser realizadas pelo teletrabalho. Os trabalhadores da indústria, dos transportes, da logística, da construção civil, dos supermercados, etc. permanecem expostos, ainda mais quando não se trata de produtos de primeira necessidade.

Por isso, é necessário reivindicar medidas de proteção e de distanciamento reais e eficazes para os lugares de trabalho e nos transportes, distribuição de máscaras a todos os que trabalham fora de suas casas, direito de recusa e sanções aos empregadores que o negam fazendo chantagem de demissão, remoção das leis de exceção que o proíbem, exigência de reconhecer a doença como doença profissional, auto-organização do proletariado para fazer respeitar as regras sanitárias.

### **Defesa das liberdades de expressão, de associação e de manifestação.**

Em vários países a crise sanitária atual serve de pretexto para restringir ainda mais as liberdades individuais e para habituar as populações a um sistema de repressão autoritária, que sanciona e vigia atentamente todo comportamento que não obedece docilmente à autoridade do Estado. O proletariado não é o único a sofrer as consequências; as classes médias igualmente padecem, e vozes começam a se elevar em suas fileiras. Mas não se podem ter ilusões. A reviravolta atual revela muito do que quer a classe dominante: fazer aceitar leis que, em nome da “segurança”, preparam a repressão e a rigorosa vigilância de todo movimento autônomo do proletariado, a classe “perigosa” por excelência para a burguesia, que conhece a história da luta das classes.

### **Generalização de um imposto fortemente progressivo sobre a renda.**

Frequentemente, o socialismo burguês e o socialismo pequeno-burguês reivindicam um imposto sobre a fortuna. Se bem que ele seja um imposto direto, sua base é amplamente nominal (ações, letras do tesouro, por exemplo) e complexa.

A burguesia e as frações mais ricas da sociedade sempre encontram nas complicações burocráticas e nas vantagens fiscais meios para reduzir, ou mesmo anular, este imposto. Ele é, portanto, muito ineficaz em relação ao rendimento idealmente esperado. Na medida em que o patrimônio esteja correlacionado com a renda e a renda com o patrimônio, um melhor resultado seria atingido com um **imposto fortemente progressivo sobre a renda**, incluindo aí a renda do patrimônio, sem burocracia suplementar e sem criar distorções. Em vez do imposto progressivo moderado, atualmente em vigor, e que é acompanhado de impostos indiretos, os quais representam a maioria das receitas fiscais, o proletariado deve reivindicar a fixação de um imposto fortemente progressivo até um ponto em que ele poderia se converter em ataque direto contra a propriedade privada.

### **Supressão dos impostos indiretos.**

Os impostos indiretos tornam o peso da tributação mais opaca. O obscurecimento das relações sociais, a manutenção de ilusões sobre o peso dos impostos próprios de cada classe é uma necessidade para a burguesia. Os impostos sobre o consumo, tais como sobre o valor adicionado, os impostos sobre as transações financeiras ou os de caráter moral (tabaco, álcool,...), são exemplos da multiplicidade de impostos indiretos. O ponto importante aqui é que o proletariado e as classes médias modernas (assalariadas) e antigas (pequenos burgueses, pequenos camponeses,...) devem ter uma melhor medida do que lhes custa o Estado e o que a burguesia faz pesar sobre eles na forma de impostos, para melhor revelar as relações sociais. Uma reivindicação para abaixar os impostos indiretos sem suprimi-los é a mesma coisa que uma reivindicação para a diminuição dos impostos em geral: ela decorre de uma luta interclassista que interessa, sobretudo, à burguesia e ainda mais à pequena-burguesia sem proporcionar quase nada ao proletariado. No lugar de todos esses subterfúgios interclassistas, o proletariado reivindica um imposto fortemente progressivo sobre a renda.

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNAM-SE!